

ATA DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL. Ao nono dia do mês de fevereiro de 2026, às vinte horas e quarenta minutos, no plenário da Câmara de Vereadores de Encruzilhada do Sul, **reuniram-se os membros do Poder Legislativo Municipal para uma Sessão Extraordinária sob a Presidência do vereador Gilmar Carvalho da Silva**, estando presentes os seguintes vereadores: Aline Leal, Álvaro Luiz Pereira Sperb, Cristina Maria Boni, Genilson Antônio Padilha Secco, Gilmar Carvalho da Silva, Maria Isabel Sczcesny de Freitas, Marcelo Lemos Machado, Milene Ulinoski Dylewski, Pedro Lúcio Silveira e Sidnei da Gama Nunes. E ausente o vereador Luís Carlos Moreira dos Santos. Encontrando-se presente a maioria dos vereadores, foi declarada aberta a Sessão, convocada pelo Senhor Presidente, com base no art. 138, III, do Regimento Interno, para apreciação exclusiva da matéria listada na Ordem do Dia da presente Sessão, tendo sido colocados em discussão e votação os termos da Ata da última sessão extraordinária, a qual foi aprovada por unanimidade de votos.

ORDEM DO DIA – PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO: Projeto de Lei nº 007/2026, que **“autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências”**. Aprovado por sete votos a favor e dois contra, tendo votado contrariamente os vereadores Genilson Secco e Sidnei Nunes, em única votação. Destaca-se que durante a discussão do Projeto de Lei nº 007/2026, o vereador Sidnei Nunes salientou que votaria contra o projeto de lei em tela por entender que o Município não está cumprindo a lei federal recente que exige o enquadramento das recreacionistas no magistério, que essas profissionais já atuam como professoras, possuem formação e exercem funções além do previsto, mas seguem sem reconhecimento, tendo criticado a urgência para retirar direitos, mas não para concedê-los, lido o desabafo de uma profissional denunciando desvalorização e invisibilidade e questionado o porquê da abertura de novas contratações sem resolver a situação atual e afirmado que seu voto contrário é um protesto em defesa dos servidores; que o vereador Pedro Lúcio Silveira salientou que votaria a favor por considerar necessária a contratação de profissionais para a educação, que votar contra não impediria as contratações e evitou usar a situação das recreacionistas como justificativa política, tendo relatado experiências anteriores de perseguição a profissionais, reforçado a importância de diálogo real, não apenas discursos, tendo, também, reconhecido que as recreacionistas exercem funções de professor, mas são desvalorizadas, e se comprometido a discutir o tema na Comissão de Educação, Saúde e Infraestrutura Urbana e Rural e buscar soluções junto ao Executivo Municipal; que o vereador Genilson Secco salientou que votaria contra o projeto de lei em tela por considerar incoerente contratar novos profissionais sem antes resolver a situação das recreacionistas atuais, tendo criticado a falta de diálogo prévio com os servidores, questionado por que o tema só chegou à Câmara de Vereadores nesse momento, reforçado que é preciso ouvir quem já trabalha no sistema e resolver o problema antes de novas contratações, tendo, ainda, discordado da ideia de perseguição e enfatizado que o correto seria priorizar quem já atua há anos; que a vereadora Cristina Boni salientou que já havia levado o tema ao Conselho Municipal de Educação, que desconhecia a distinção entre recreacionistas e professores, pois ambas exercem funções semelhantes, que votaria a favor do projeto de lei em tela pela necessidade de profissionais nas escolas, que já enfrentam falta de pessoal, tendo defendido igualdade de direitos e urgência na adequação à lei federal e criticado a responsabilização dos professores pelos índices do IDEB em Encruzilhada do Sul e, ainda, destacado problemas estruturais e falta de recursos nas escolas municipais e defendido mais investimentos em formação e tecnologia, além da valorização dos educadores; que a vereadora Milene Ulinoski salientou que votaria a favor com base na sinalização do Executivo Municipal de que há estudos em andamento para adequação e impacto financeiro, que não basta discurso, sendo necessário agir concretamente, tendo se comprometido a atuar junto à Comissão de Educação (Educação, Saúde e Infraestrutura Urbana e Rural) para cobrar a equiparação de cargos e salários e reforçado que a aprovação do projeto de lei em tela não impede a luta pelos direitos das recreacionistas; que a vereadora Isabel Freitas apoiou a contratação imediata, mas demonstrou forte reconhecimento à luta das recreacionistas, tendo parabenizado as profissionais pela mobilização e coragem em reivindicar seus direitos, garantido apoio da Câmara de Vereadores para cobrar o Executivo Municipal e buscar soluções e defendido que a aprovação do projeto de lei não deve significar abandono da pauta das recreacionistas, reforçando compromisso coletivo com a causa; que o vereador Marcelo Machado salientou a importância das contratações para a educação e destacou que estará disponível para apoiar as recreacionistas junto à administração municipal, tendo reforçado compromisso prático de ajudar na busca por seus direitos. Nada mais havendo a tratar

na presente Sessão, foi a mesma encerrada, sendo os Vereadores convocados para a próxima Sessão Ordinária a realizar-se, no dia 13 de fevereiro de 2026, às 18 horas, no plenário da Câmara de Vereadores. Para constar, eu,....., Primeiro Secretário superintendi a redação da presente ata, que vai assinada pelo Presidente.....